



Demonstrações Financeiras

Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

31 de dezembro de 2014 e 2013
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras



Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Quotistas da

Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0



Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	11.981	10.467
Contas a receber (Nota 5)	63.477	39.314
Adiantamentos (Nota 6)	808	625
Estoques (Nota 7)	8.987	8.328
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	2.961	5.824
Outros	17	1.341
Total do ativo circulante	88.231	65.899
Ativo não circulante		
Adiantamentos (Nota 6)	-	3.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16)	13.611	18.332
Partes relacionadas (Nota 17)	-	-
Investimento	121	112
Imobilizado (Nota 9)	410.627	419.899
Intangível (Nota 10)	4.393	5.490
Total do ativo não circulante	428.752	447.640
Total do ativo	516.983	513.539
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 11)	53.676	14.396
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	42.277	56.789
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 13)	7.887	6.261
Salários e provisões (Nota 14)	11.987	9.315
Partes relacionadas (Nota 17)	421	8.842
Outros	-	1.034
Total do passivo circulante	116.248	96.637
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	140.123	159.842
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo (Nota 16)	-	-
Provisão para contingência	1.462	-
Total do passivo não circulante	141.585	159.842
Patrimônio líquido (Nota 15)		
Capital social	333.558	296.461
Ajuste de avaliação patrimonial	20.431	20.431
Prejuízos acumulados	(94.839)	(59.832)
Total do passivo e patrimônio líquido	516.983	513.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Receita com prestação de serviço hospitalar (Nota 18)	395.460	211.976
Custo com a prestação de serviços (Nota 19)	(290.438)	(151.955)
Lucro operacional bruto	105.022	60.021
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(111.425)	(83.672)
Outras receitas operacionais	74	93
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(6.329)	(23.558)
Receitas financeiras	2.303	1.205
Despesas financeiras	(24.797)	(20.561)
Resultado financeiro, líquido (Nota 21)	(22.494)	(19.356)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(28.823)	(42.914)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (Nota 16)	(4.721)	25.170
Provisão para contingências	(1.462)	-
Prejuízo do exercício	(35.006)	(17.744)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(35.006)	(17.744)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(35.006)</u>	<u>(17.744)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	160.106	20.431	(42.088)	138.449
Aumento de capital (Nota 15.a)	136.355	-	-	136.355
Prejuízo do exercício	-	-	(17.744)	(17.744)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	296.461	20.431	(59.832)	257.060
Aumento de capital (Nota 15.a)	37.097	-	-	37.097
Prejuízo do exercício	-	-	(35.006)	(35.006)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	333.558	20.431	94.838	259.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades operacionais		
Ajustes por		
Prejuízo do exercício	(35.006)	(17.744)
Depreciação e amortização	15.343	10.544
Valor residual de baixa de imobilizado	25	1.659
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	(24.163)	(30.636)
Estoque	(659)	(3.676)
Créditos tributários e previdenciários curto prazo	2.863	(27.455)
Adiantamentos	3.624	19.080
Despesas antecipadas	1	-
Despesas diferidas longo prazo	4.721	-
Outros créditos a receber	1.322	(680)
Partes relacionadas	(8.421)	8.979
Fornecedores	39.276	5.437
Tributos e encargos curto prazo a pagar	1.626	2.375
Tributos e encargos longo prazo a pagar	1.462	-
Salários e provisões	2.673	4.366
Outros	(1.030)	1.033
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais	(3.657)	(26.718)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(4.865)	(101.913)
Venda do imobilizado	-	-
Aquisição de intangível	(135)	(1.340)
Venda de intangível	-	-
Adição de investimentos	(9)	(17)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(5.009)	(103.270)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos captados	-	33.242
Empréstimos e financiamentos pagos	(14.512)	(53.284)
Aumento de capital	37.097	136.355
Juros pagos de empréstimos	(19.720)	(38.932)
Varição do patrimônio líquido	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	2.865	77.381
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa	(1.513)	(52.607)
Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial	10.467	63.074
Caixa e equivalentes de caixa - saldo final	11.980	10.467
Aumento/diminuição no caixa e equivalentes de caixa	1.513	(52.607)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Sede: Av. Armando Lombardi, 1.000 BL 1 LJ 225 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22640-000

Tel.: PABX (21) 3139-7999



Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Unimed Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda. ("Unimed Rio Empreendimentos" ou "Empresa"), é uma sociedade empresarial, do tipo limitada, constituída em 15 de janeiro de 2008, e tem por objeto social a prestação de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais, através de meios de execuções próprias ou mediante contratação e ou credenciamento de terceiros e a atividade de operação de implementação e manutenção de sistemas informatizados. A sede social da Empresa está localizada na Avenida das Américas, 3.443, bloco 02 - Rio de Janeiro - RJ.

A Empresa foi constituída com a finalidade de atuar na prestação de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais, através de meios de execuções próprios ou mediante contratação e ou credenciamentos de terceiros e na prestação de serviços de saúde dos beneficiários da Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda., além de também explorar a atividade de organização de seminários e congressos de medicina e promover o intercâmbio nacional e internacional para difusão dos conhecimentos médicos, construção, desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas informatizados voltados à prestação de assistência à saúde, assim como a aquisição, aluguel e alienação dos mesmos, participar em outras sociedades, e formar consórcios, podendo ainda exercer outras atividades afins.

Em outubro de 2010, a Unimed Rio Empreendimentos inaugurou o Pronto Atendimento (PA Barra), sendo esta a primeira unidade da rede assistencial própria inaugurada, com atendimento nas áreas de clínica médica, pediatria e ortopedia, além da realização de exames laboratoriais, radiografia, ultrassom e tomografia computadorizada.

Em agosto de 2011, a Unimed Rio Empreendimentos inaugurou o Espaço Para Viver Melhor (EPVM Botafogo), sendo esta a primeira unidade de gerenciamento de promoção à saúde à rede assistencial própria, com atendimento nas áreas de clínica médica, pediatria e ortopedia,



além da realização de infusão de medicamentos, unidade de reabilitação cardíaca, espaço de convivência com o idoso, unidade clínica com acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, reabilitação postural, espaço gourmet, educação em saúde e unidade de reabilitação cardíaca.

Em dezembro de 2011, a Empresa inaugurou seu segundo Pronto Atendimento (PA Copacabana), sendo esta a segunda unidade da rede assistencial própria, com atendimento nas áreas de clínica médica, pediatria e ortopedia, além da realização de exames laboratoriais, radiografia, ultrassom e tomografia computadorizada.

Em dezembro de 2012, foi inaugurado o Hospital Unimed Rio, que operou em caráter de testes operacionais até o mês de abril de 2013, quando de fato entrou em operação. O Hospital Unimed Rio está localizado no bairro da Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, e tem como objetivo a prestação de serviços hospitalares.

Parte dos gastos da Empresa foram estruturados através de operações de alavancagem financeira. Esta opção de financiamento de suas operações estratégicas produziu, naturalmente, a geração de um capital circulante líquido negativo, em virtude de uma concentração de empréstimos de curto prazo para atender as demandas e prazos de funcionamento das unidades assistenciais. Como consequência, os resultados obtidos ainda são deficitários, mas, se encontram em linha com as projeções estabelecidas nos planos de negócio destes investimentos. No tocante ao capital circulante líquido, a Administração da Empresa vem adotando medidas no intuito de equacionar a atual situação, através da estruturação de operações de longo prazo visando à mudança de perfil das obrigações de curto prazo. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as Unidades de Pronto Atendimento e Espaço Para Viver Melhor (EPVM) estão em seu pleno funcionamento, portanto, gerando caixa. A inauguração da unidade central do projeto, o Hospital de alta complexidade na Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, que entrou em operação no mês de abril de 2013, também passou a contribuir para a melhoria de geração de caixa, reduzindo as necessidades de capital de giro, atualmente esta unidade encontra-se em 70% da sua capacidade de atendimento, desta forma a Companhia estima equilibrar a sua necessidade de capital de giro.

As projeções apontam o ano de 2015, como sendo àquele em que a Empresa atingirá o seu equilíbrio econômico-financeiro através da geração de caixa positiva. Este equilíbrio se dá, principalmente, em função da unidade hospitalar da Empresa, que irá atingir o seu pleno funcionamento já no início de 2014. Neste ínterim, os quotistas da Empresa proverão os



recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais, na medida em que haja necessidade.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão pela sua Administração em 23 de março de 2014.

2.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis,



investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias, quais sejam:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.
- Empréstimos e contas a receber.
- Investimentos mantidos até o vencimento.
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo



amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.2.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Empresa inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Empresa concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas).



O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

2.2.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros valores a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.



A Empresa não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Reconhecimento ou baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.2.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera como equivalentes de caixa o dinheiro em caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



2.4. Contas a receber

Contas a receber representam valores a receber por conta dos faturamentos realizados de acordo com as condições contratuais e estão apresentadas a valores de realização. Adicionalmente, o contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços relacionados com a prestação de serviço médico hospitalar, em contrapartida à conta de receitas de prestação de serviço médico hospitalar. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não foi registrado nenhum ajuste.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os estoques são representados, basicamente, pelos materiais médicos hospitalares e medicamentos utilizados no curso normal de seus negócios, e são mensurados pelo custo médio de aquisição.

2.7. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se



necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	<u>Vida útil média</u>
Edificações e instalações	80 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outras imobilizações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos

2.7. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Os custos de empréstimos capitalizados estão representados principalmente pela construção de ativos qualificáveis da Empresa.



2.9. Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Empresa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.



2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas



para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa não possui constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.12. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços.

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação dos serviços.

2.13. Impostos

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos, e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto para aquelas que não se aplicam.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.



O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido diretamente no patrimônio líquido.

2.14. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.15. Novos pronunciamentos contábeis

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. No entanto, na avaliação da Administração da Empresa, as referidas revisões não produziram impactos em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, com o objetivo de manter o alinhamento com o International Financial Reporting Standards ("IFRS"), alguns procedimentos técnicos e interpretações foram e/ou estarão sendo objetivo de revisão por parte do CPC, com adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2014, sendo os impactos sujeitos a avaliação por parte da Administração da Empresa. Dada à natureza das modificações que foram e/ou estarão sendo realizadas e as operações da Empresa, não são esperados impactos por conta da adoção desses pronunciamentos e interpretações que foram e/ou estarão sendo emitidos para fins de alinhamento com as seguintes normas do IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"):

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: O IFRS 9, da forma como foi emitido, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 (correspondente ao



CPC 38) e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. Sua adoção é obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. A Empresa quantificará eventuais efeitos quando de sua adoção. No entanto, não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

- Entidades de investimento (revisões do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): A revisão das normas serão efetivas para os exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com o IFRS 10. Tendo em vista a operação da Empresa, não são esperados efeitos nas demonstrações financeiras.
- IFRIC 21 - Tributos: O IFRIC 21 fornece orientações de quando a Empresa deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Empresa não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
- IAS 39 - Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de *hedge*: A revisão da IAS 39 ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essa revisão passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Pelo fato da Empresa não possuir derivativos designados como *hedge* e nem tampouco possui a expectativa de contratação no exercício subsequente, a Administração não espera impactos em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na



data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2014, os testes realizados pela Administração da Empresa não apontou necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável de seus ativos.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Empresa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em



vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Empresa.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões

A Empresa avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As avaliações são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Empresa entende não haver a necessidade de constituição de provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e saldos bancários
Aplicações financeiras

2014	2013
743	345
11.238	10.122
11.981	10.467



As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados a taxa média efetiva de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações são mantidas em bancos de primeira linha e disponíveis para negociação, podendo ser resgatadas a qualquer tempo e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras mantidas pela Empresa no montante de R\$11.238, possuem garantia de liquidez diária oferecida pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, instituição financeira emissora dos CDBs, sendo os recursos liberados para resgate sem perda nos seus respectivos valores.

5. Contas a receber

	2014	2013
Contas a receber - atendimento médico hospitalar	63.458	39.291
Contas a receber - administradora de cartões	19	23
	63.477	39.314

As contas a receber de atendimento médico hospitalar referem-se aos valores que a Empresa possui a receber da controladora indireta Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. em função de atendimentos médicos realizados aos seus associados.

Em 31 de dezembro de 2014, tanto a Empresa não possuía contas a receber vencidas. Não foi constituída provisão para devedores duvidosos em função das remotas expectativas de perda.



6. Adiantamentos

	2014	2013
SIG Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	3.807
Allpark Empreendimentos Participações e Serviços.	117	-
Altra Importação e Exportação Ltda.	129	115
WA Obras e Comercio Ltda.	36	-
Integra Surgical	26	-
Medsol Serviços de Cobranças Ltda.	255	86
Echapora Distribuição de Produtos Farmacêuticos Ltda.	66	100
Aesculap AG	176	172
Outros	3	152
	808	4.432
Circulante	808	625
Não circulante	-	3.807

7. Estoques

	2014	2013
Material médico hospitalar	2.461	3.486
Medicamentos	6.232	4.576
Outros materiais	294	266
	8.987	8.328

8. Impostos e contribuições a recuperar

	2014	2013
Imposto de renda retido na fonte - IRPF	1.272	3.825
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	852	852
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	617	928
Programa de interação social - PIS	187	187
Impostos sobre serviços - ISS	20	20
Instituto nacional do seguro social - INSS	13	12
	2.961	5.824

A expectativa da Administração é que esses valores sejam realizados no curto prazo no curso normal das operações da Empresa.



9. Imobilizado

	2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	2014
Terreno	51.000	-	-	-	-	51.000
Edificações	200.645	1.318	-	(2.549)	-	199.414
Benfeitorias	38	-	-	(2)	-	36
Instalações	75.291	746	-	(961)	-	75.076
Imóvel em construção	17	-	(17)	-	-	-
Equipamentos de informática	4.095	107	(2)	(1.323)	-	2.877
Máquinas e equipamentos	37.642	927	(6)	(5.519)	(35)	33.009
Móveis e utensílios	12.586	1.240	-	(733)	(1)	13.092
Outras imobilizações	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	38.585	528	-	(3.025)	36	36.124
	419.899	4.866	(25)	(14.112)	-	410.627

	2012	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	2013
Terreno	51.000	-	-	-	-	51.000
Edificações	-	29.817	-	(1.660)	172.488	200.645
Benfeitorias	-	38	-	-	-	38
Instalações	-	3.070	-	(719)	72.940	75.291
Imóvel em construção	212.855	29.242	(1.659)	-	(240.421)	17
Equipamentos de informática	3.647	778	-	(330)	-	4.095
Máquinas e equipamentos	12.700	27.557	-	(2.614)	(1)	37.642
Móveis e utensílios	3.220	10.183	-	(879)	62	12.586
Outras imobilizações	1.790	272	-	-	(2.062)	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.827	956	-	(3.192)	(3.006)	38.585
	329.039	101.913	(1.659)	(9.394)	-	419.899

10. Intangível

	2013	Aquisições	Amortização	2014
Software	1.729	106	(468)	1.367
Licenças de uso	3.693	28	(763)	2.958
Obra de arte	68	-	-	68
	5.490	134	(1.231)	4.393

	2012	Aquisições	Amortização	2013
Software	2.025	222	(518)	1.729
Licenças de uso	3.275	1.050	(632)	3.693
Obra de arte	-	68	-	68
	5.300	1.340	(1.150)	5.490

A amortização dos softwares é calculada pelo método linear a taxa de 20% ao ano, tendo sido determinada de acordo com a expectativa de vida útil-econômica estimada.



11. Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores de material médico hospitalar	37.114	3.261
Fornecedores de medicamentos	12.118	6.313
Outros	4.443	4.825
	53.675	14.399

12. Empréstimos e financiamentos

	2014	2013	Vencimento	Indexador	Finalidade	Garantias
Circulante						
Unicred-Rio	1.594	9.148	27/07/2016	R\$	Capital de giro	Cessão fiduciária de títulos e direitos de crédito e 120% do saldo devedor
Banco Real Santander	2.350	2.088	05/09/2016	R\$	Capital de giro	N/A
Caixa Econômica Federal	34.104	34.033	23/12/2022	R\$	Construção do hospital	Cessão dos direitos creditórios referente a 100% dos recebíveis;
Banco Bradesco	-	-	-	R\$	-	Penhor de títulos de crédito, direitos creditórios e bens móveis; alienação fiduciária de bens móveis e cessão fiduciária de títulos de crédito e/ou de direitos
Banco Itaú	-	3.480	31/05/2015	R\$	Benfeitorias em propriedades de terceiros	N/A
Banco HSBC (conta garantida)	4.228	4.013	03/06/2015	R\$	Capital de giro	Nota promissória com vencimento à vista
Banco do Brasil	-	4.027	-	R\$	-	N/A
Total do circulante	42.277	56.788				
Não circulante						
Unicred-Rio	569	1.439	27/07/2016	R\$	Capital de giro	Cessão fiduciária de títulos e direitos de crédito e 120% do saldo devedor
Banco Real Santander	1.517	3.436	05/09/2016	R\$	Capital de giro	N/A
Caixa Econômica Federal	132.690	151.596	23/12/2022	R\$	Construção do hospital	Cessão dos Direitos Creditórios referente a 100% dos recebíveis;
Banco Itaú	-	-	-	R\$	-	N/A
Banco HSBC (conta garantida)	5.346	3.371	03/06/2019	R\$	Capital de giro	Nota promissória com vencimento à vista
Banco do Brasil	-	-	-	R\$	-	N/A
Total do não circulante	140.123	159.842				



Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os encargos praticados nos empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e sua controladas variavam a taxa média ponderada CDI+0,2% a.m.

Os empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 vencem como segue:

2016	41.246
2017	20.248
2018	20.248
2019 em diante	58.380
	<u>140.123</u>

Especificamente em relação ao financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, a controlada Unimed Rio Empreendimentos possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índice econômico-financeiro em determinado nível, o qual é monitorado adequadamente e não limita a capacidade de condução normal das operações. Em 31 de dezembro de 2014, o índice requerido se encontra em patamar abaixo do limite estipulado. A Empresa não possui cláusulas restritivas em seus empréstimos.

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2014	2013
Instituto social do seguro social - INSS	3.027	2.885
Imposto de renda retido na fonte a recuperar - IRRF	1.501	1.176
Impostos sobre serviços - ISS	853	454
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS	1.080	906
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.146	671
Programa de interação social - PIS	248	145
Outros	32	24
	<u>7.887</u>	<u>6.261</u>

14. Salários e provisões

	2014	2013
Provisão de férias	11.902	9.315
	<u>11.902</u>	<u>9.315</u>



15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Empresa é de R\$ 333.558.093,18 totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 333.558.093 quotas, no valor nominal e unitário de R\$1,00 (um real) cada uma, sendo 333.558.092 pertencentes à Unimed Rio Participações e Investimentos S.A. e 01 (uma) quota pertencente ao Dr. Celso Correia Barros.

Em 30 de dezembro de 2014, o capital social da Empresa foi aumentado em R\$37.097.287,18 por meio da emissão de 37.097.287 novas quotas, as quais foram integralizadas em sua totalidade pela Unimed Rio Participações e Investimentos S.A., passando o capital social da Empresa para R\$333.558.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o saldo correspondente ao custo atribuído ao terreno de propriedade da Empresa, líquido dos efeitos tributários, registrado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, conforme requerimentos da adoção inicial do CPC 28 em 1º de janeiro de 2009.

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	24.136	28.857
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(10.525)	(10.525)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, líquido	13.611	18.332

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo foi constituído pela Empresa, tendo como base o saldo de prejuízo acumulado e base negativa de contribuição social.

A Administração da Empresa preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do crédito tributário diferido constituído em 31 de dezembro de 2014, considerando a



provável capacidade de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. De acordo com estas projeções a Administração da Companhia reverteu parte da provisão de Imposto de Renda Diferido, assim com base na nova projeção, estima-se que o ativo referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos será realizado dentro do período de 2017 a 2024.

As projeções dos lucros tributáveis de exercícios futuros foram calculadas com base no histórico de crescimento do setor, estimativas de mercado para crescimento do PIB e índice de inflação e perspectivas da Administração para custos e despesas administrativas ao longo dos próximos anos. A Administração da Empresa considera que as premissas utilizadas e, consequentemente, a expectativa de realização dos tributos diferidos, espelham objetivos a serem atingidos. Mudanças nos cenários político, fiscal, econômico e regulatório podem alterar o quadro apresentado.

A movimentação do imposto diferido ativo se encontra demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	28.857
Prejuízos fiscais	(3.472)
Base negativa de contribuição social	(1.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.136

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido passivo foi constituído pela Empresa sobre a parcela do custo atribuído ao terreno de sua propriedade, contabilizado de acordo com as orientações da interpretação técnica ICPC 10. Referida avaliação a valor justo do terreno resultou em um incremento no ativo imobilizado da Empresa no montante de R\$30.956, tendo sido registrado em contrapartida no patrimônio líquido.



17. Transações com partes relacionadas

As transações realizadas pela Empresa com partes relacionadas se referem basicamente aos atendimentos médicos prestados aos associados de sua controladora indireta Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. Os preços e condições praticados nestas transações são similares aos praticados no mercado, sendo os valores determinados através de tabelas de prestação de serviços médicos como da AMB - Associação Médica Brasileira.

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
	Contas a receber	Reembolso	Receita	Contas a receber	Reembolso	Receita
Unimed Rio Coop. Trab. Méd. Ltda.			420.624			227.503
	62.471	25		39.275	-	81
Cefis Centro Excelência Física Ltda.	-	-	-	-	-	-
Unimed Rio Part. Investimentos S.A.	-	421	-	-	8.842	-
	62.471	446	420.624	39.275	8.842	227.584

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Empresa se encontra demonstrada abaixo:

	2014	2013
Remuneração total paga	2.591	1.905

18. Receita com a prestação de serviço hospitalar

	2014	2013
Atendimento convênio Unimed-Rio Coop. Trab. Médico Ltda.	420.624	227.503
Atendimentos particulares	866	560
Atendimentos a outros convênios	1.735	35
ISS	(12.846)	(7.881)
PIS	(2.657)	(1.468)
COFINS	(12.262)	(6.773)
	395.460	211.976

Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda.
 Sede: Av. Armando Lombardi, 1.000 BL 1 LJ 225 – Barra da Tijuca
 Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22640-000
 Tel.: PABX (21) 3139-7999



19. Custo com prestação de serviços

	2014	2013
Pessoal e encargos	131.120	88.954
Atendimentos particulares	131.768	46.074
Serviços de nutrição e medicina preventiva	11.488	8.738
Outros	16.062	8.189
	290.438	151.955

20. Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Despesa com pessoal	42.268	25.110
Aluguel	6.022	5.968
Manutenção de equipamentos de informática	1.699	1.632
Serviços de terceiros	26.079	22.900
Energia elétrica	4.448	4.459
Despesas tributárias	3.019	1.585
Telecomunicações	4.298	3.663
Depreciação e amortização	15.163	10.187
Outros	8.429	8.168
	111.425	83.672

21. Resultado financeiro, líquido

	2014	2013
Receita com aplicações financeiras	1.099	904
Outras receitas financeiras	1.204	301
Total receitas financeiras	2.303	1.205
Juros e encargos financeiros	(24.746)	(20.529)
Outras despesas financeiras	(51)	(32)
Total despesas financeiras	(24.797)	(20.561)
	(22.494)	(19.356)



22. Instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores a pagar e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Empresa estão representados por:

- i. Caixa e equivalentes de caixa - está representado ao valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- ii. Contas a receber e fornecedores a pagar - estão contabilizados pelos seus correspondentes valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.
- iii. Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Empresa apresentam taxas condizentes com o mercado brasileiro considerando seu objetivo e avaliações de risco específicas. Os encargos incidentes em todos os empréstimos e financiamentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Considerando a natureza das operações da Empresa, o principal fator de risco de mercado que pode vir a afetar os seus negócios é o risco de crédito, o qual se refere principalmente aos recursos mantidos como caixa e equivalentes de caixa, às contas a receber e os adiantamentos realizados a fornecedores. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Pelo fato das contas a receber serem concentradas substancialmente na controladora indireta Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. e dos adiantamentos realizados serem em sua totalidade com empresas com reputação e solidez reconhecidas mercado, a Administração da Empresa não espera enfrentar dificuldades de realização dos valores em questão.

Em 31 de dezembro de 2014, não existem valores relevantes atrelados em moeda estrangeiras que pudessem ensejar risco de taxa de câmbio nas operações da Empresa.

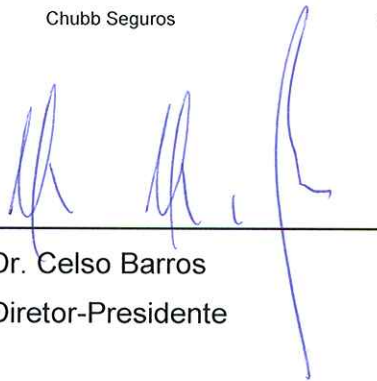


23. Cobertura de seguros

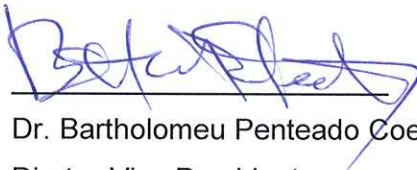
A Empresa adota uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

A Empresa mantém as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2014:

Seguradora	Valor segurado	Ramo	Vigência	Unidade
Chubb Seguros	323.500	Incêndio	02/01/2014 a 02/01/2015	Hospital Unimed-Rio



Dr. Celso Barros
Diretor-Presidente



Dr. Bartholomeu Penteado Coelho
Diretor-Vice Presidente



Ede Alves
Contador – CRC 1SP 203.674/O-0